

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA TERCEIRA REGIÃO

**CONCURSO PÚBLICO 01/2005
ETAPA N. 01
JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO
FEVEREIRO DE 2006**

ORIENTAÇÕES GERAIS

1. Esta prova contém 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, numeradas de 01 a 50.
2. Confira se o seu caderno está completo, solicitando outro aos fiscais, caso necessário.
3. Não perca tempo em questões cujas respostas lhe pareçam difíceis. Volte a elas se lhe sobrar tempo.
4. Esta prova terá o máximo de 04 (quatro) horas de duração, incluído o tempo destinado a transcrever as suas respostas. Controle o tempo! Só será permitida a saída do candidato após o decurso de 1 hora do início da prova, quando deverá deixar o prédio de realização das provas, sem conversar com outros candidatos.
5. A correta compreensão das questões é parte integrante da prova. Leia com bastante atenção os enunciados.
6. A folha de respostas não poderá ser rasurada, devendo ser marcada uma única opção para cada questão, sob pena de a resposta ser considerada errada.
7. Não é permitida a consulta a quaisquer textos.
8. Use apenas caneta de tinta azul ou preta.
9. O porte ou uso de telefone celular ou qualquer aparelho eletrônico durante a realização das provas é terminantemente vedado, não podendo sequer ser colocado sobre a mesa do candidato, devendo o aparelho ser desligado antes do início das provas.
10. Qualquer identificação ou sinal que identifique o candidato fora do impresso próprio, destinado a tal fim na folha de respostas, implicará na nulidade da prova.
11. Ao concluir a prova, o candidato deverá entregar apenas a folha de respostas ao fiscal da sala.

BOA SORTE!

1) Sendo a questão formulada na área do Direito Civil, levando-se em conta as normas inseridas no Código Civil sobre a condição, termo e encargo, pode-se validamente afirmar, exceto:

- a) São reputados inválidos os negócios jurídicos que se subordinam a condições físicas ou juridicamente impossíveis, quando suspensivas.
- b) As condições impossíveis, quando resolutivas, bem como as de não fazer coisa impossível, não invalidam o negócio jurídico, tendo-se por inexistentes.
- c) Considera-se não escrito o encargo ilícito ou impossível, mesmo quando constituir o motivo determinante da liberalidade, não havendo cogitar de invalidade do negócio jurídico.
- d) Reputa-se verificada, apenas quanto aos efeitos jurídicos, a condição cujo implemento for maliciosamente obstado pela parte a quem desfavorecer. Ao contrário, considera-se não verificada condição maliciosamente levada a efeito por aquele a quem aproveita o seu implemento.
- e) O termo inicial de um negócio jurídico suspende seu exercício, mas não a aquisição do direito.

2) Invocando-se dispositivos da nova Lei de Falências, versando a questão sobre Direito Comercial, é correto afirmar, exceto:

- a) Quando o falido houver sido condenado por prática de crime previsto na Lei de Falências, terá suas obrigações extintas após o decurso de 10 anos, contados do encerramento da falência, e, após 5 anos, caso não tenha havido tal condenação.
- b) A Lei de Falências não se aplica à empresa pública ou à sociedade de economia mista e, tampouco, a instituição financeira pública ou privada, sociedade de capitalização, sociedade operadora de plano de assistência à saúde, sociedade seguradora, entidade de previdência complementar, consórcio, cooperativa de crédito, dentre outros.
- c) São diversos os meios previstos na Lei 11.101/05 para a recuperação judicial de empresas, estando listados dentre eles: alteração do controle societário; arrendamento do estabelecimento, inclusive à sociedade constituída por empregados; redução salarial, compensação de horários e redução da jornada, sem necessidade de acordo ou convenção coletiva, já que operada no âmbito da recuperação judicial da empresa; usufruto da empresa; administração compartilhada, dentre outros.
- d) Constitui crime punível com pena de reclusão, nos termos da Lei de Falências, o fato de uma pessoa adquirir, receber, usar, ilicitamente, bem que sabe pertencer à massa falida ou influir para que terceiro, de boa-fé, o adquira, receba ou use.
- e) Pode haver concurso de pessoas no crime de fraude a credores, previsto na Lei de Falências, sujeitando-se às mesmas penas os contadores, técnicos contábeis, auditores e outros profissionais que, de qualquer modo, concorrerem para as condutas criminosas descritas do art. 168 da Lei 11.101/05, na medida de sua culpabilidade.

3) Atentando para o programa de Direito Constitucional, analise as proposições abaixo, observadas as disposições contidas na Constituição da República, e assinale:

- a) Se apenas as alternativas I e III estiverem corretas.
- b) Se apenas as alternativas IV e V estiverem corretas.
- c) Se apenas as alternativas I, II e IV estiverem corretas.
- d) Se apenas as alternativas II e IV estiverem corretas.
- e) Se apenas as alternativas I e V estiverem corretas.

I – Só é possível emendar a Constituição por proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, bem como do Presidente da República e, ainda, de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se cada uma delas pela maioria absoluta de seus membros.

II – Salvo quando estiver em estado de sítio, em estado de defesa, ou na vigência de intervenção federal, a Constituição Federal poderá ser emendada a qualquer época.

III – A emenda à Constituição será remetida pela Casa, na qual tenha sido concluída a votação, ao Presidente da República, para sanção e promulgação, sendo que, decorrido o prazo de quinze dias, o silêncio do Presidente da República importará sanção.

IV – Poderão ser objeto de emenda à Constituição todas as propostas apresentadas por quem detém tal titularidade nos termos do art. 60 da Constituição da República, exceto, exclusivamente, quando tiverem por objeto deliberar sobre a abolição: da forma federativa de Estado, da separação dos Poderes, dos direitos e garantias individuais, e do voto direto, secreto, universal e periódico.

V – Após ampla discussão em cada Casa do Congresso Nacional, será aprovada a proposta de emenda constitucional que obtiver nos dois turnos de votação em cada Casa a maioria absoluta dos votos dos respectivos membros.

4) Considerando o Direito Previdenciário e o texto da Lei n° 7.998/90 que regula o seguro desemprego e o fundo de amparo ao trabalhador, analise as proposições abaixo:

I - O programa de seguro-desemprego tem por finalidade prover assistência financeira temporária, não só ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa, inclusive a indireta, mas também ao trabalhador comprovadamente resgatado de regime de trabalho forçado ou da condição análoga à de escravo.

II - Terá direito à percepção do seguro-desemprego, desde que atendidos os demais requisitos previstos no artigo 3º da Lei 7998/90, o trabalhador dispensado sem justa causa que comprove ter sido empregado de pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada ou ter exercido atividade legalmente reconhecida como autônoma, durante pelo menos 15 (quinze) meses nos últimos 24 (vinte e quatro) meses.

III - A percepção do benefício previdenciário de auxílio-acidente, bem como o auxílio-reclusão, não impede o recebimento do seguro desemprego.

IV - Constituem recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) o produto da arrecadação das contribuições devidas ao FGTS, PIS e ao PASEP, bem como a correção monetária e os juros devidos pelo agente aplicador dos recursos do Fundo.

V - Os representantes dos trabalhadores no Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT, serão indicados pelas Federações e confederações de trabalhadores e os representantes dos empregadores, pelas respectivas confederações.

Assinale:

- a) Se apenas as alternativas III e IV estiverem corretas.
- b) Se apenas as alternativas I e II estiverem corretas.
- c) Se apenas as alternativas I e III estiverem corretas.
- d) Se apenas as alternativas IV e V estiverem corretas.
- e) Se apenas a alternativa IV estiver correta.

5) Na perspectiva do Direito Civil, em relação à personalidade e à capacidade civil do ser humano, pode-se dizer que:

I – Pode ser declarada a morte presumida, sem declaração de ausência, em duas hipóteses: se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida, e se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até cinco anos após a guerra.

II - Não será declarada a ausência, sempre que o ausente deixar mandatário.

III - A lei civil autoriza o cônjuge sobrevivente ou companheiro sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau, a requerer em juízo que cesse a ameaça ou a lesão a direito da personalidade do *de cuius*.

IV - A colação de grau em curso superior é causa de emancipação, desde que o menor tenha dezesseis anos completos.

V - Inscrevem-se na categoria dos absolutamente incapazes as pessoas que, por enfermidade mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática dos atos da vida civil ou tiverem o discernimento reduzido.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a alternativa II está correta.
- b) Apenas a alternativa III está incorreta.
- c) As alternativas II e III estão corretas.
- d) Apenas a alternativa V está incorreta.
- e) Todas as alternativas estão incorretas.

6) Sob a ótica do Direito Processual Civil, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta.

I – Somente é necessário o litisconsórcio quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir a lide de modo uniforme para todas as partes.

II – A assistência não obsta a que a parte principal reconheça a procedência do pedido, desista da ação ou transija sobre direitos controvertidos.

III – É admissível o chamamento ao processo: do devedor, na ação em que o fiador for réu; de outros fiadores, quando para a ação for citado apenas um deles; de todos os devedores solidários, quando o credor exigir de um ou de alguns deles, parcial ou totalmente, a dívida comum; do responsável subsidiário, quando for demandado o devedor principal.

IV – Sendo o revel assistido, o assistente será considerado gestor de negócios.

V – Aquele que detiver a coisa em nome alheio, sendo-lhe demandado em nome próprio, deverá nomear a autoria o proprietário ou o possuidor do bem.

Assinale:

- a) Se apenas a alternativa I estiver incorreta.
- b) Se apenas as alternativas I e III estiverem incorretas.
- c) Se apenas as alternativas II e V estiverem incorretas.
- d) Se todas as alternativas estiverem incorretas.
- e) Se todas as alternativas estiverem corretas.

7) Dentre as proposições abaixo, apenas uma delas contém afirmação correta, considerada a Lei de Introdução ao Código Civil (Decreto-lei nº. 4.657, de 04/09/1942), sendo a questão inspirada no Direito Civil. Marque-a:

- a) Para a colmatação das lacunas normativas são previstos expressamente os seguintes processos de integração: equidade, analogia, costumes e princípios gerais do direito.
- b) A lei do país em que for domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família puros, excluídos os de natureza patrimonial.
- c) Para qualificar os imóveis e regular as relações a eles concernentes, aplicar-se-á a lei do país em que estiverem situados; quanto aos bens móveis e semoventes, aplicar-se-á a lei do domicílio do proprietário.
- d) A sucessão por morte ou por ausência obedece à lei do país em que era domiciliado o *de cuius* ou o ausente, qualquer que seja a natureza e situação dos bens.
- e) Todas as sentenças proferidas no estrangeiro, para serem executadas ou terem eficácia no Brasil, devem ser traduzidas por interprete autorizado e homologadas pelo Supremo Tribunal Federal.

8) Analise as proposições abaixo, formuladas na área do Direito Previdenciário, para depois assinalar a opção correta:

I – Opera-se a prescrição do direito de cobrar os créditos da Seguridade Social, regularmente constituídos, no prazo de 10 anos. Por outro lado, o direito da Seguridade Social apurar e constituir seus créditos extingue-se após 10 anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o crédito poderia ter sido constituído, ou da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, a constituição de crédito anteriormente efetuada.

II – A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, todas elas destinadas a assegurar direitos relativos à saúde, à previdência social e à assistência social.

III – As contribuições sociais a cargo do trabalhador e dos demais segurados da previdência social incidem sobre seus salários e demais rendimentos do trabalho, recebidos a qualquer título, observado o teto de contribuição, inclusive sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência de que trata o art. 201 da Constituição da República.

IV – Ao instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, a lei deverá obedecer ao disposto no art. 154, I, da Constituição da República, no sentido de que os impostos sejam não cumulativos, não podendo ter fato gerador ou base de cálculo próprios daqueles discriminados pela Constituição.

V – É da empresa a obrigação de arrecadar a contribuição social a cargo do segurado empregado, bem como do contribuinte individual a seu serviço, descontando-a da respectiva remuneração, o que não se aplica ao trabalhador avulso, cabendo tal obrigação ao Sindicato responsável pelo recrutamento.

Em face das afirmativas acima, assinale:

- a) Se apenas as alternativas I, II e III estiverem corretas.
- b) Se apenas as alternativas III, IV e V estiverem corretas.
- c) Se apenas as alternativas I, II e IV estiverem corretas.
- d) Se apenas as alternativas II, III e IV estiverem corretas.
- e) Se apenas as alternativas I, II e V estiverem corretas.

9) Considerando o disposto na Constituição Federal, analise as proposições abaixo elaboradas dentro do programa de Direito Constitucional e assinale:

- a) Se apenas as alternativas II, III e V estiverem corretas.
- b) Se apenas as alternativas I, III e IV estiverem corretas.
- c) Se apenas as alternativas I, II e V estiverem corretas.
- d) Se apenas as alternativas II, IV e V estiverem corretas.
- e) Se apenas as alternativas I, II e III estiverem corretas.

I – O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado, que são escolhidos dentre brasileiros maiores de vinte e um anos e no exercício dos direitos políticos.

II – O Presidente da República não pode editar medidas provisórias sobre matéria relativa a nacionalidade, cidadania, direitos políticos, direito penal, processual penal e processual civil, planos plurianuais, bem como para seqüestro de bens, de poupança popular ou outro ativo financeiro.

III – Pode-se afirmar que são bens da União as terras tradicionalmente ocupadas por índios, os potenciais de energia hidráulica, os recursos minerais, inclusive do subsolo, as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países, as praias marítimas, e até mesmo as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos, mas não a faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura ao longo das fronteiras terrestres, apenas considerada fundamental para a defesa do território nacional, cuja ocupação e utilização são reguladas em lei.

IV – Compete à União declarar a guerra e celebrar a paz, assegurar a defesa nacional, permitir em casos de interesse nacional, independentemente de qualquer previsão legal, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, decretar estado de sítio, estado de defesa e a intervenção federal, emitir moeda e administrar as reservas cambiais do país, dentre outros.

V - É de competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal legislar, dentre outros, sobre direito tributário, financeiro, penitenciário, custas dos serviços forenses, produção e consumo, florestas, caça, pesca, fauna, trânsito e transporte, sistemas de consórcios e sorteios, além de procedimentos em matéria processual.

10) No âmbito do Direito Processual Civil e considerando as normas processuais civis que regem os recursos, analise as proposições abaixo:

I – A antecipação de tutela, total ou parcial, negada em primeiro grau, poderá ser deferida até mesmo em sede de agravo de instrumento, pelo Juiz Relator no Tribunal, como efeito “ativo”, comunicando ao juiz sua decisão.

II – A decisão do Juiz Relator que deferir pedido de feito suspensivo, no agravo de instrumento, salvo reconsideração do próprio relator, somente é passível de reforma no momento do julgamento do agravo.

III – Se o agravante, no prazo de três dias, não requerer a juntada, aos autos do processo, de cópia da petição do agravo de instrumento e do comprovante de sua interposição, assim como a relação dos documentos que instruíram o recurso, e, se o agravado argüir e provar tal descumprimento, o fato importará apenas perda da possibilidade de retratação, mas não importará na inadmissibilidade do agravo.

IV – Com nova sistemática introduzida pela Lei nº 11.187, de 19.10.2005, objetivando a celeridade processual, o Agravo de Instrumento contra todas as decisões interlocutórias será sempre retido, caberá agravo, no prazo de 10 (dez) dias, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida.

V - Cabem embargos infringentes quando o acórdão não unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito, ou houver julgado improcedente ação rescisória. Se o desacordo for parcial, os embargos serão restritos à matéria objeto da divergência.

Análise e marque:

- a) Se apenas as alternativas I e V estiverem corretas.
- b) Se apenas as alternativas II e III estiverem corretas.
- c) Se apenas as alternativas III e IV estiverem corretas.
- d) Se apenas as alternativas I e II estiverem corretas.
- e) Se apenas a alternativa V estiver correta.

11) No âmbito do Direito Penal e levando-se em conta as disposições do Código Penal Brasileiro, analise as proposições abaixo:

I - No crime de calúnia, admite-se a prova da verdade, quando constituindo o fato imputado crime de ação privada, o ofendido não foi condenado por sentença irrecorrível.

II - O querelado que, antes da sentença, se retrata cabalmente da injúria fica isento de pena.

III - Constitui injúria punível a ofensa irrogada em juízo, na discussão da causa, pela parte ou por procurador.

IV - O juiz pode deixar de aplicar a pena, quando o ofendido, de forma reprovável, provocou diretamente a injúria e também no caso de retorsão imediata, que consista em outra injúria.

V - As penas cominadas aos crimes de calúnia, injúria e difamação aumentam-se de um terço, se qualquer um deles é cometido contra o Presidente da República, ou contra chefe de governo estrangeiro.

Assinale:

- a) Se apenas as alternativas IV e V estiverem corretas.
- b) Se apenas as alternativas II e IV estiverem corretas.
- c) Se apenas as alternativas III e IV estiverem corretas.
- d) Se apenas as alternativas I e V estiverem corretas.
- e) Se todas as alternativas estiverem corretas.

12) Analise as afirmativas abaixo, todas elas inspiradas no Direito Civil, relativas às pessoas jurídicas de direito privado e assinale a alternativa correta:

I – Os associados devem ter direitos iguais, mas o estatuto da associação pode instituir categorias com vantagens especiais. De qualquer modo, não haverá entre associados, direitos e deveres recíprocos.

II – Velará pelas fundações o Ministério Público do Estado, onde situadas; mas se estenderem sua atividade por mais de um Estado, tal encargo caberá ao Ministério Público Federal.

III – A qualidade de associado é intransferível, salvo se o estatuto da associação dispuser o contrário.

IV – Quando insuficientes para constituir a fundação, os bens a ela destinados serão, se de outro modo não dispuser o instituidor, incorporados em outra fundação que se proponha a fim igual ou semelhante.

V – Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, devendo declarar a maneira de administrá-la.

Assinale:

- a) Se apenas uma afirmativa for verdadeira.
- b) Se apenas duas afirmativas forem verdadeiras.
- c) Se apenas três afirmativas forem verdadeiras.
- d) Se apenas quatro afirmativas forem verdadeiras.
- e) Se todas as afirmativas forem verdadeiras.

13) Sob a ótica do Direito Processual Civil e segundo a literalidade do art. 82 do Código de Processo Civil, compete ao Ministério Público intervir nas seguintes causas, exceto:

- a) Causas em que há interesses de incapazes.
- b) Causas concernentes ao estado da pessoa, pátrio poder, tutela, curatela e interdição.
- c) Causas concernentes ao casamento e às disposições de última vontade.
- d) Causas concernentes à declaração de ausência e à declaração da morte presumida, sem decretação de ausência.
- e) Ações que envolvam litígios coletivos pela posse da terra rural e nas demais em que há interesse público evidenciado pela natureza da lide ou qualidade da parte.

14) Vários direitos previstos no art. 7º da Constituição da República foram estendidos aos servidores públicos, por força do art. 39, parágrafo 3º do mesmo diploma legal. Analise os itens abaixo, todos eles formulados sob inspiração do Direito Constitucional, e assinale a alternativa correta:

- I – Proteção ao trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei.
- II – Redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.
- III – Proibição de qualquer discriminação no tocante ao salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência.
- IV – Adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei.
- V – Proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critérios de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

Assinale:

- a) Se apenas um item estiver correto.
- b) Se apenas dois itens estiverem corretos.
- c) Se apenas três itens estiverem corretos.
- d) Se apenas quatro itens estiverem corretos.
- e) Se todos estiverem corretos.

15) Sob a ótica do Direito Processual do Trabalho, relativamente à Ação Civil Pública, é correto afirmar, exceto:

- a) Não é cabível ação civil pública para veicular pretensões que envolvem tributos, contribuições previdenciárias, fundo de garantia por tempo de serviço e outros fundos de natureza institucional, cujos beneficiários podem ser individualmente determinados.
- b) A literalidade do art. 83, III, da Lei Complementar nº. 75, de 20 de maio de 1993, dispõe que cabe ao Ministério Público do Trabalho promover ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa dos direitos coletivos e difusos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos.
- c) Na ação civil pública para tutela de direitos metaindividuais trabalhistas, o Ministério Público do Trabalho poderá agir tanto na qualidade de legitimado autônomo para a condução do processo, quanto na qualidade de substituto processual.
- d) O Código de Defesa do Consumidor – na parte em que disciplina os efeitos da coisa julgada nas ações coletivas – é aplicável à ação civil pública. A lei consumerista estabelece que os efeitos da coisa julgada nas ações civis públicas em defesa de interesses difusos e coletivos não prejudicarão interesses e direitos individuais dos integrantes da coletividade, do grupo, da categoria ou classe.
- e) Além do Ministério Público (da União ou dos Estados) têm legitimidade para propor ação civil pública: a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; as entidades e órgãos da Administração Pública, direta ou indireta, ainda que sem personalidade jurídica, especialmente destinados à defesa dos direitos metaindividuais; as associações legalmente constituídas há pelo menos um ano e que incluam entre seus fins institucionais a defesa dos interesses metaindividuais, podendo, no entanto, o requisito da pré-constituição ser dispensado pelo juiz, quando haja manifesto interesse social evidenciado pela dimensão ou característica do dano, ou pela relevância do bem jurídico a ser protegido.

16) A respeito das afirmativas abaixo, formuladas sob inspiração do Direito Internacional ou Comunitário, dizendo respeito ao MERCOSUL, pode-se afirmar que todas elas estão corretas, exceto:

- a) O MERCOSUL – Mercado Comum do Sul - foi instituído pelo Tratado de Assunção, assinado em março de 1991.
- b) Os países signatários do Tratado de Assunção foram: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Referidos países são os membros que, atualmente, compõem o MERCOSUL.
- c) No Brasil, o decreto 1.901, de 09.05.96, promulgou o Protocolo de Ouro Preto, que definiu a estrutura institucional do MERCOSUL e conferiu a ele personalidade jurídica de Direito Internacional.
- d) O Tratado de Assunção só foi promulgado no Brasil concomitantemente com a promulgação do Protocolo de Ouro Preto, não tendo havido preocupação governamental em promulgar referido Tratado em momento anterior, quando o MERCOSUL não tinha estrutura institucional ou sequer personalidade jurídica de Direito Internacional.
- e) O objetivo do MERCOSUL é a constituição de mercado comum entre os países integrantes, por meio de livre circulação de bens, serviços e fatores de produção, através, dentre outros, da eliminação das barreiras tarifárias e não tarifárias no comércio entre os países-membros, adoção de uma Tarifa Externa Comum (TEC) e coordenação das políticas macroeconômicas e setoriais.

17) Tendo em vista o Direito Constitucional e as normas consagradas na Constituição da República que disciplinam a eleição do Presidente e Vice-Presidente da República, analise as proposições abaixo:

- I - Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, computados os em branco e excluídos os nulos.
- II - Se nenhum candidato alcançar maioria absoluta na primeira votação, far-se-á nova eleição em até trinta dias após a proclamação do resultado, concorrendo os dois candidatos mais votados e considerando-se eleito aquele que obtiver a maioria dos votos válidos;
- III - Se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato, convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação, e na hipótese de ficar em segundo lugar, mais de um candidato com a mesma votação, qualificar-se-á o filiado ao partido com maior representação no congresso.
- IV - Se, decorridos oito dias da data fixada para a posse, o Presidente ou o Vice-Presidente, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.
- V - Em qualquer período do mandato, vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.

Assinale:

- a) Se apenas as alternativas I e IV estiverem incorretas.
- b) Se apenas as alternativas II e IV estiverem incorretas.
- c) Se apenas as alternativas IV e V estiverem incorretas.
- d) Se apenas as alternativas I e III estiverem incorretas.
- e) Se todas as alternativas estiverem incorretas.

18) Analise as proposições abaixo, à luz do Direito Processual do Trabalho, e assinale a alternativa correta:

I – O art. 888, § 4º, da Consolidação das Leis do Trabalho dispõe que caso o arrematante, ou seu fiador, não pague dentro de 24 horas, o preço da arrematação, perderá o sinal de 20% do valor do lance, em benefício da execução. Nesse caso, os bens executados voltarão à praça.

II – Na execução trabalhista, a remição prefere à adjudicação e esta prefere à arrematação.

III – A sentença homologatória da adjudicação é atacável mediante embargos à adjudicação, de modo que não cabe contra ela mandado de segurança.

IV – É inexigível o título judicial fundado em lei ou ato normativo declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal ou em aplicação ou interpretação tidas por incompatíveis com a Constituição Federal.

V – Não cabe ação rescisória para atacar decisão que homologa a adjudicação.

Assinale:

- a) Se apenas uma afirmativa for verdadeira.
- b) Se apenas duas afirmativas forem verdadeiras.
- c) Se apenas três afirmativas forem verdadeiras.
- d) Se apenas quatro afirmativas forem verdadeiras.
- e) Se todas as afirmativas forem verdadeiras.

19) Dentro do programa de Direito Constitucional, tendo como parâmetro os dispositivos inseridos na Constituição da República, analise as alternativas abaixo e depois assinale:

- a) Se apenas as alternativas I, II, III e IV estiverem corretas.
- b) Se apenas as alternativas II, III, IV e V estiverem corretas.
- c) Se apenas as alternativas I, III, IV e V estiverem corretas.
- d) Se apenas as alternativas I, II, III e V estiverem corretas.
- e) Se todas as alternativas estiverem corretas.

I – A valorização do trabalho humano e a livre iniciativa constituem fundamentos da ordem econômica nacional, tendo como objetivo assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social.

II – São princípios que regem a ordem econômica nacional: a soberania nacional, a função social da propriedade e a propriedade privada, a livre concorrência, a defesa do consumidor e do meio ambiente, a redução das desigualdades regionais e sociais, a busca do pleno emprego e o tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras, com sede e administração no país.

III – A todos é assegurado o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo em casos previstos na lei, sendo certo que a exploração de atividade econômica pelo Estado, ressalvados os casos previstos na Constituição, só será permitida quando necessária aos imperativos de segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

IV – A empresa pública, a sociedade de economia mista e suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços terão seus estatutos estabelecidos por lei, que disporá, dentre outros, sobre: sua função social e formas de fiscalização pelo Estado e pela sociedade, bem como sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas exclusivamente quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários.

V – As empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais, salvo quando extensivos às do setor privado.

20) Leia as proposições abaixo, todas elas formuladas sob o prisma do Direito Individual do Trabalho, atinentes ao trabalhador rural, e assinale a que for correta:

- a) Segundo dispõe a Lei 5.889/73 e decreto que a regulamentou, em qualquer trabalho contínuo de duração superior a seis horas, será obrigatória a concessão, ao trabalhador rural, de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de uma hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de duas horas.
- b) A jurisprudência sumulada pelo Tribunal Superior do Trabalho, em vigor, dispõe que *“O salário-família somente é devido aos trabalhadores urbanos, não alcançando os rurais, ainda que prestem serviços, no campo, à empresa agroindustrial.”*
- c) A Lei 5.889/73, que disciplina o trabalho rural, permite que os intervalos entre uma e outra parte da execução da tarefa diária, em casos de serviços caracteristicamente intermitentes, não sejam computados como de efetivo exercício, bastando o registro expresso da referida condição na Carteira de Trabalho e Previdência Social, sem necessidade de intervenção das entidades sindicais.
- d) O trabalhador rural poderá ser validamente contratado por um Consórcio de Empregadores Rurais, assim entendido como a união de produtores rurais, pessoas físicas ou jurídicas, com a finalidade única de contratar empregados rurais.
- e) Poderá haver desconto no salário do empregado rural até o limite de 20% do salário mínimo regional pela ocupação de moradia, salvo quando mais de um empregado residir na mesma morada, hipótese em que é vedado qualquer desconto, inclusive por ser proibida a moradia coletiva de famílias.

21) Analise as proposições abaixo, todas relativas ao Poder Legislativo da União, na perspectiva do Direito Constitucional, observadas as disposições da Constituição da República, e assinale a alternativa correta.

I – O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal. Cada uma destas unidades políticas elegerá três senadores.

II – A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal. Independentemente de sua população, cada Território somente elegerá quatro deputados federais.

III – Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos híbridos e da pesquisa de lavra de riquezas minerais.

IV – Compete privativamente à Câmara dos Deputados, por dois terços de seus membros autorizar a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-presidente da República e os Ministros de Estado.

V – Compete privativamente ao Senado Federal processar e julgar o Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes de mesma natureza conexos com aqueles.

Assinale:

- a) Se apenas as proposições I e II forem verdadeiras.
- b) Se apenas as proposições I e III foram falsas.
- c) Se apenas as proposições III e IV forem verdadeiras.
- d) Se apenas as proposições II e IV forem falsas
- e) Se apenas as proposições III, IV e V forem verdadeiras.

22) Analise as proposições abaixo, à luz do Direito Processual Civil, e assinale a alternativa correta:

I – Se o réu não contestar a ação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor; todavia, a revelia não induz o efeito mencionado: se, havendo pluralidade de réus, algum deles contestar a ação; se o litígio versar sobre direitos indisponíveis; se a petição inicial não estiver acompanhada de documento essencial à prova do ato.

II – Ocorrendo a revelia, o autor poderá alterar o pedido ou a causa de pedir, desde que promova nova citação do réu, a quem está assegurado o prazo de 08 dias para responder a demanda.

III – O réu não pode reconvir em seu próprio nome, ao autor, quando este demandar em nome de outrem.

IV – A desistência da ação não obsta o prosseguimento da reconvenção.

V – Depois da contestação, só é lícito deduzir novas alegações quando: relativas a direito superveniente, competir ao juiz conhecer delas de ofício, ou, por expressa autorização legal, puderem ser formuladas em qualquer tempo e juízo.

Assinale:

- a) Se apenas as alternativas I e II estiverem incorretas.
- b) Se apenas as alternativas II e III estiverem corretas.
- c) Se apenas as alternativas IV e V estiverem incorretas.
- d) Se todas as alternativas estiverem corretas.
- e) Se todas as alternativas estiverem incorretas.

23) Sob a ótica do Direito Processual do Trabalho, analise as proposições atinentes à solução dos conflitos de competência, e assinale a alternativa correta:

I – Os Tribunais Regionais do Trabalho são competentes para dirimir conflitos de competência suscitados entre Varas do Trabalho e Juízes de Direito investidos de jurisdição trabalhista, nas respectivas regiões.

II – O Tribunal Superior do Trabalho é competente para dirimir conflitos de competência suscitados entre Varas do Trabalho e Juízes de Direito investidos de jurisdição trabalhista, de regiões diferentes.

III – O Supremo Tribunal Federal é competente para dirimir conflitos de competência suscitados entre o Tribunal Superior do Trabalho e o Superior Tribunal de Justiça.

IV – O Superior Tribunal de Justiça é competente para dirimir conflitos de competência suscitados entre Vara do Trabalho e Vara da Justiça Federal.

V – O Superior Tribunal de Justiça é competente para dirimir conflitos de competência suscitados entre o Tribunal Superior do Trabalho e os Tribunais de Justiça dos Estados.

- a) Se apenas uma afirmativa for verdadeira.
- b) Se apenas duas afirmativas forem verdadeiras.
- c) Se apenas três afirmativas forem verdadeiras.
- d) Se apenas quatro afirmativas forem verdadeiras.
- e) Se todas as afirmativas forem verdadeiras.

24) Analise as afirmativas abaixo, relativas ao Direito Previdenciário e assinale a alternativa incorreta:

- a) A segurada da Previdência Social que adotar ou obtiver a guarda de criança com idade inferior a 02 (dois anos) tem direito ao salário maternidade por período de 120 dias.
- b) O salário maternidade da trabalhadora avulsa será pago diretamente pela Previdência Social.
- c) No caso de empregos concomitantes, a segurada fará jus ao salário maternidade relativo a cada emprego.
- d) O salário família devido ao trabalhador avulso poderá ser recebido pelo Sindicato da classe respectivo, que se incumbirá de elaborar as folhas correspondentes e distribuí-lo.
- e) O pagamento do salário família é condicionado à apresentação da certidão de nascimento do filho ou da documentação relativa ao equiparado ou do inválido; à apresentação do atestado anual de vacinação obrigatória e a comprovação de frequência obrigatória à escola do filho ou equiparado.

25) No âmbito do Direito Individual do Trabalho, atentando-se para a previsão atinente à duração do trabalho contida na Consolidação das Leis do Trabalho, considerando-se também a jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho, analise as proposições abaixo, para depois assinalar a opção correta:

I - Os intervalos de descanso não serão computados na duração do trabalho, sendo certo que o tempo destinado a repouso para os trabalhadores que prestam serviços permanentes de mecanografia, de dez minutos a cada noventa minutos trabalhados, será integrado na duração normal do trabalho.

II - O limite mínimo de uma hora para repouso ou refeição poderá ser reduzido por ato do Ministro do Trabalho, bem como por disposição inserida em acordo ou convenção coletiva de trabalho, uma vez que a Constituição da República prevê, no seu art. 7º, o reconhecimento dos acordos e convenções coletivas de trabalho.

III - Os gerentes, assim considerados aqueles exercentes de cargos de gestão, só não estarão abrangidos no regime previsto no capítulo da Consolidação das Leis do Trabalho, intitulado "DA DURAÇÃO DO TRABALHO", quando perceberem salário do cargo de confiança, compreendendo a gratificação de função, se houver, superior ao respectivo salário efetivo, acrescido de 40%.

IV - Nos termos previstos pelo art. 59 da Consolidação das Leis do Trabalho, é possível, por força de acordo ou convenção coletiva de trabalho, ser dispensado o acréscimo de salário, quando o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, sem qualquer limite diário.

V - Trabalho em regime de tempo parcial é aquele cuja duração não exceda a vinte e cinco horas semanais, podendo os empregados perceber salário proporcional à sua jornada, em relação aos empregados que cumprem, nas mesmas funções, tempo integral.

Assinale:

- a) Se apenas as alternativas I, IV e V estiverem corretas.
- b) Se apenas as alternativas I, III e V estiverem corretas.
- c) Se apenas as alternativas II, III e V estiverem corretas.
- d) Se apenas as alternativas I, II e IV estiverem corretas.
- e) Se apenas as alternativas I, II e III estiverem corretas.

26) Sendo a questão formulada na área do direito processual do trabalho, tem-se que alguns trabalhadores em situações especiais, somente podem ser dispensados mediante processo judicial para apuração de falta grave. Inscrevem-se dentre eles os seguintes, exceto:

- a) Os dirigentes sindicais.
- b) Os representantes dos trabalhadores no Conselho Nacional de Previdência Social.
- c) O vice-presidente da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.
- d) Os servidores públicos não concursados, que na época da promulgação da Constituição da República de 1988, contavam com cinco anos ou mais de serviço público contínuo.
- e) Os representantes dos trabalhadores do Conselho Curador do FGTS.

27) Sob ótica do Direito Constitucional, considerando os objetivos da seguridade social constantes do texto da Constituição de 1988, analise os itens abaixo, para depois assinalar a alternativa correta.

I - universalidade da cobertura e do atendimento e irredutibilidade do valor dos benefícios.

II - uniformidade e equivalência de benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.

III - seletividade, distributividade e comutatividade na prestação dos benefícios e dos serviços.

IV - equidade na forma de participação no custeio e diversidade da base de financiamento.

V - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão tripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores e do governo, nos órgãos colegiados.

Agora, assinale a alternativa correta:

- a) O item II é falso e os demais são verdadeiros.
- b) O item III é falso e os demais são verdadeiros.
- c) Os itens I, IV e V são falsos e os demais são verdadeiros.
- d) Os itens III e V são falsos e os demais são verdadeiros.
- e) Todas os itens são verdadeiros.

28) Analise as proposições abaixo, todas elas concernentes ao Direito Individual do Trabalho, e assinale:

- a) Se apenas uma afirmativa for verdadeira.
- b) Se apenas duas afirmativas forem verdadeiras.
- c) Se apenas três afirmativas forem verdadeiras.
- d) Se todas as afirmativas forem verdadeiras.
- e) Se todas as afirmativas forem falsas.

I – O pagamento do salário, qualquer que seja a modalidade do trabalho, não deve ser estipulado por período superior a um mês, inclusive no que concerne a comissões, percentagens e gratificações.

II – Quando o empregado causar dano ao empregador, de forma culposa ou dolosa, o desconto no salário só será lícito desde que esta possibilidade tenha sido acordada.

III – Compreendem-se no salário as prestações *in natura* que a empresa fornecer habitualmente ao empregado, dentre elas a alimentação, a habitação, a assistência médica e odontológica, a educação ofertada em estabelecimento de ensino próprio ou de terceiro, bem como o vestuário, desde que não se destine à utilização no local de trabalho, para a prestação do serviço.

IV - As gorjetas, assim consideradas aquelas espontaneamente dadas pelo cliente ao empregado, como também aquelas cobradas pela empresa ao cliente, como adicional nas contas, a qualquer título destinada à distribuição entre os empregados, compreendem-se na remuneração do empregado, mas, por força da jurisprudência sumulada pelo Tribunal Superior do Trabalho não servem de base de cálculo para as parcelas de aviso prévio, adicional noturno, horas extras, fundo de garantia por tempo de serviço e repouso semanal remunerado.

V – Os percentuais atinentes à habitação e alimentação fornecidas como salário-utilidade não poderão exceder, respectivamente a 25% (vinte e cinco por cento) e 20% (vinte por cento) do salário mínimo, ainda quando o trabalhador perceba salário contratual superior, devendo sempre atender aos fins a que se destinam.

29) Analise as proposições abaixo, que se referem ao direito penal. Em seguida, assinale a alternativa correta:

I - O crime não é punível quando praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever jurídico ou no exercício regular de direito.

II - Tratando-se de crime de ameaça, somente se procede mediante representação.

III - A coação exercida para impedir o suicídio não tipifica o crime de constrangimento ilegal.

IV - Incorre nas penas previstas para o crime de falsificação de papéis públicos quem insere ou faz inserir na Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado ou em documento que deve produzir efeito perante a previdência social, declaração falsa ou diversa da que deveria ter constado.

V - O favorecimento pessoal – crime contra a administração da justiça – consiste em auxiliar a subtrair-se à ação de autoridade pública autor de crime a que é cominada pena de detenção.

Assinale:

- a) Apenas as alternativas II e III estão corretas.
- b) Apenas as alternativas I e III estão corretas.
- c) Apenas as alternativas I, II e V estão corretas.
- d) Apenas a alternativa IV é falsa
- e) Todas as alternativas estão incorretas.

30) No âmbito do Direito Individual do Trabalho, a respeito da equiparação salarial, observadas as normas insertas na Consolidação das Leis do Trabalho e jurisprudência dominante no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho, é incorreto afirmar, exceto:

- a) Na avaliação da equiparação salarial, é necessário que reclamante e reclamado estejam a serviço do estabelecimento, salvo quando o pedido se relacionar com situação pretérita.
- b) A existência de quadro de pessoal organizado em carreira homologado pelo Ministério do Trabalho só afasta o direito à equiparação salarial quando trazer previsão de promoções alternadas pelos critérios de antigüidade e merecimento, salvo em se tratando de entidades de direito público da administração direta, autárquica e fundacional, quando tal exigência não subsiste, nos termos da súmula 6 do Tribunal Superior do Trabalho, de acordo com recente redação a ela atribuída.
- c) Quando reclamante e paradigma trabalham mediante cessão, exercendo suas atividades junto a órgão governamental, não há cogitar de equiparação salarial, já que o empregador não tem qualquer ingerência junto ao mesmo, pouco importando seja o cedente o responsável pelo pagamento dos salários de ambos.
- d) O tempo de serviço não superior a dois anos, a que faz remissão o § 2º. do art. 461 da Consolidação das Leis do Trabalho, capaz de autorizar a equiparação salarial, quando há identidade de função, é aferido no emprego, não se computando para tal fim, como resulta óbvio, tempo de experiência anotado na Carteira de Trabalho por outro empregador, já que há exigência legal no sentido de que o trabalho deve ser prestado ao mesmo empregador e na mesma localidade.
- e) Não há cogitar de equiparação salarial em se tratando de trabalho intelectual, já que o mesmo é insuscetível de avaliação, sob os aspectos da produtividade e perfeição técnica.

31) Sabendo-se que esta questão é formulada sob inspiração do Direito Administrativo, analise as proposições abaixo, e depois assinale a opção correta.

I - Sabendo-se que cabe ao Congresso Nacional, por força do art. 48, X da Constituição da República, a criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, ainda assim, é possível afirmar, de forma válida, que compete, privativamente, ao Presidente da República, mediante decreto, dispor sobre extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.

II - Ainda hoje, há cargos considerados vitalícios, configurando-se como prerrogativa para os seus titulares, com o objetivo de tornar independente a atuação desses agentes, sem que estejam sujeitos a pressões eventuais impostas por determinados grupos de pessoas. No direito brasileiro, a vitaliciedade é prerrogativa assegurada apenas aos magistrados e aos membros do Ministério Público.

III - O servidor público, titular de cargo efetivo da União, Estados, Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que houver completado as exigências para a aposentadoria voluntária, nos termos do § 1º, III, "a", do art. 40 da Constituição Federal, e que optar por permanecer em atividade, terá direito a um abono de permanência em valor igual ao da sua contribuição previdenciária, isto até completar as exigências atinentes à aposentadoria compulsória, quando não mais poderá permanecer em atividade.

IV - Todo servidor público nomeado para cargo de provimento efetivo, em virtude de aprovação em concurso público, é considerado estável após 3 anos de efetivo exercício, só podendo perder o cargo, nos termos previstos no § 1º do art. 41 da Constituição da República, em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa, não podendo a legislação infra-constitucional prever novas hipóteses de perda do cargo.

V - Quando a demissão de servidor público estável for invalidada por decisão judicial, será ele reintegrado no serviço público, sendo certo que o eventual ocupante da vaga, caso seja estável, será reconduzido ao cargo de origem, sem direito a qualquer indenização, aproveitado em outro cargo ou mesmo posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

Assinale:

- a) Se apenas as alternativas III, IV e V estiverem corretas.
- b) Se apenas as alternativas I, III e V estiverem corretas.
- c) Se apenas as alternativas I, II e IV estiverem corretas.
- d) Se apenas as alternativas II, III e IV estiverem corretas.
- e) Se todas as alternativas estiverem corretas.

32) Sob a ótica do Direito Civil, no que diz respeito à desconsideração da pessoa jurídica, nos moldes do Código Civil, é correto afirmar, exceto:

- a) O abuso da personalidade jurídica é caracterizado pelo desvio da finalidade da pessoa jurídica ou pela confusão patrimonial.
- b) O juiz somente pode aplicar a teoria da desconsideração da pessoa jurídica a requerimento da parte.
- c) O patrimônio dos sócios responde pelos débitos da pessoa jurídica, sejam eles seus administradores ou não.
- d) Mesmo não sendo sócio da pessoa jurídica, o administrador pode responder com seus bens particulares pelos débitos da pessoa jurídica.
- e) A desconsideração da pessoa jurídica limita-se a certas e determinadas relações obrigacionais, de modo que não importa na perda da personalidade civil.

33) Com relação à interrupção e suspensão do contrato de trabalho, sendo a questão formulada sob o prisma do Direito Individual do Trabalho, é incorreto afirmar, exceto que:

- a) Como durante a interrupção e suspensão do contrato de trabalho há uma restrição do poder de ruptura contratual por parte do empregador, pode-se afirmar que referidas figuras se confundem, e, mais ainda, se identificam com as garantias de emprego.
- b) É possível ser o contrato de trabalho rescindido de forma oblíqua pelo empregado mesmo em períodos em que o contrato de trabalho se encontrar suspenso.
- c) O tempo de trabalho do empregado eleito para ocupar cargo de diretor, ainda quando mantida a subordinação jurídica, configura suspensão do contrato de trabalho, não se computando o tempo de serviço desse período, já que a prestação de trabalho se dá em cargo de direção, completamente distinto daquele para o qual o empregado foi contratado.
- d) De acordo com o art. 7º da Lei 7.783/89, que dispõe sobre o exercício de greve, a participação em greve interrompe o contrato de trabalho, uma vez que, via de regra, é negociado o pagamento de salário pelos dias parados, através de acordo ou convenção coletiva de trabalho.
- e) Nos contratos de trabalho por prazo determinado, o tempo de afastamento do empregado, quer se trate de interrupção ou de suspensão, só será computado na contagem do prazo para a respectiva terminação, se assim acordarem as partes interessadas.

34) Observados os preceitos de Direito Individual do Trabalho, analise as proposições abaixo, atentando inclusive para a jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho, e assinale a opção correta.

I – No contrato de trabalho por prazo determinado, em que está assegurado por cláusula contratual o direito recíproco de rescisão antecipada, caso seja ele exercido pelo empregador, é devida ao trabalhador a multa do art. 479 da Consolidação das Leis do Trabalho, as férias proporcionais e o 13º salário proporcional, bem como os depósitos de fundo de garantia, acerca do que não remanesce qualquer dúvida, em face do que dispõe a súmula 125 do Tribunal Superior do Trabalho, mas não o acréscimo de 40% do FGTS e o aviso prévio, por serem incompatíveis com a sistemática do contrato de trabalho por tempo determinado.

II – O empregado menor pode firmar, validamente, recibo pelo pagamento dos salários, bem como pelo recebimento das verbas rescisórias na hipótese de rescisão contratual normal, o que só não prevalece quando a extinção do contrato de trabalho for solicitada pelo seu responsável legal, nas hipóteses em que o serviço possa acarretar-lhe prejuízos de ordem física ou moral.

III – Pedido de demissão ou recibo de quitação só tem validade quando feito com a assistência do respectivo Sindicato ou perante a autoridade do Ministério do Trabalho, ou ainda se prestada pelo representante do Ministério Público, pelo Defensor Público ou pelo Juiz de Paz, nos locais em que não existirem os órgãos previstos no parágrafo 1º. do art. 477 da Consolidação das Leis do Trabalho.

IV – Apesar do que dispõe o § único do art. 146 da Consolidação das Leis do Trabalho, no sentido de que o empregado tem direito a férias proporcionais, sempre que o contrato não houver sido rescindido por justa causa, após 12 meses de serviço, a jurisprudência da mais alta Corte Trabalhista fixou-se no sentido de que também no caso de pedido de demissão, em contratos com duração inferior a 12 meses, são devidas as férias proporcionais.

V – A jurisprudência sumulada pelo Tribunal Superior do Trabalho definiu que a quitação passada pelo empregado, com assistência de entidade sindical de sua categoria, ao empregador, com observância dos requisitos exigidos nos parágrafos do art. 477 da CLT tem eficácia liberatória, salvo se oposta ressalva expressa e especificada. Neste sentido, a quitação abrange parcelas não consignadas no recibo de quitação e, conseqüentemente, seus reflexos em outras parcelas.

Assinale:

- a) Se apenas as alternativas I, III e IV estiverem corretas.
- b) Se apenas a alternativa IV estiver correta.
- c) Se apenas as alternativas II, IV e V estiverem corretas.
- d) Se todas as alternativas estiverem corretas.
- e) Se todas as alternativas estiverem incorretas.

35) Observadas as normas de Direito Individual do Trabalho, analise as proposições abaixo, atentando para a jurisprudência uniforme consolidada pelo Tribunal Superior do Trabalho, e assinale:

- a) Se apenas as alternativas I, II e V estiverem corretas.
- b) Se apenas as alternativas III, IV e V estiverem corretas.
- c) Se apenas as alternativas I, III e V estiverem corretas.
- d) Se apenas as alternativas II, III e V estiverem corretas.
- e) Se apenas as alternativas I, IV e V estiverem corretas.

I – É devida contribuição para o FGTS quanto ao pagamento do período do aviso prévio, indenizado ou não, mas não é devida qualquer contribuição de FGTS sobre as férias indenizadas.

II – Os representantes dos empregadores na CIPA, titulares e suplentes, serão por eles designados, enquanto os representantes dos empregados, titulares e suplentes, serão eleitos em escrutínio secreto, do qual participem, independentemente de filiação sindical, exclusivamente os empregados interessados, sendo eleito, no mesmo escrutínio, o empregado que ocupará o cargo de Presidente daquele órgão.

III – Compete ao Delegado Regional do Trabalho, diante de laudo técnico do serviço competente, que demonstre grave e iminente risco para o trabalhador, a interdição de estabelecimento, setor de trabalho, máquina ou equipamento, ou mesmo embargar obra, respondendo por desobediência, sem prejuízo das medidas penais cabíveis, quem, após determinada a interdição ou embargo, ordenar ou permitir o funcionamento do estabelecimento ou setor, a utilização de máquina ou equipamento ou ainda o prosseguimento de obra, mesmo quando não houver notícia de danos efetivos a terceiros.

IV – Mesmo naquelas hipóteses em que o adicional de periculosidade incide exclusivamente sobre o salário básico do empregado, referido adicional integra o cálculo das horas extras e adicionais noturnos, mas não o das horas de sobreaviso, durante as quais o empregado não se sujeita a qualquer risco.

V - A empresa, ao publicar ou fazer publicar anúncio de emprego, não só pode como deve fazer restrição à contratação de mulheres, sempre que o serviço em que se dará o emprego demandar força muscular superior a 20 (vinte) quilos para o trabalho contínuo, ou 25 (vinte e cinco) quilos para o trabalho ocasional, não se configurando na hipótese qualquer discriminação por motivo de sexo.

36) Dentre as proposições abaixo, todas elas atinentes à prescrição e decadência, formuladas sob inspiração do Direito Civil, é correto afirmar, exceto:

- a) Tanto na decadência como na prescrição, os relativamente incapazes e as pessoas jurídicas têm ação contra os seus assistentes ou representantes legais que a elas derem causa, ou não fizerem a alegação no momento oportuno.
- b) Sempre que a lei não fixar prazo menor, a prescrição ocorre em 10 anos, sendo certo que prescreve em 1 (um ano) a pretensão do segurado contra o segurador, ou a deste contra aquele.
- c) A interrupção da prescrição, dentre outras hipóteses, dar-se-á em decorrência de despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual, por protesto cambial e também por qualquer ato judicial que constitua o devedor em mora. Entretanto, em qualquer das hipóteses legalmente previstas, a interrupção da prescrição só poderá ocorrer uma única vez.
- d) Havendo previsão legal, é possível a aplicação à decadência das normas do Código Civil que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.
- e) O juiz não pode suprir de ofício a alegação de prescrição, salvo se favorecer a absolutamente incapaz, mas, ao contrário, deve sempre declarar a decadência, independentemente de alegação da parte.

37) Sob as luzes do Direito Coletivo do Trabalho, considerando a legislação pertinente e a jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho e a doutrina, analise as proposições abaixo:

I - A estabilidade constitucional do dirigente sindical constitui medida de proteção de direito coletivo fundamental - não patrimonial - da categoria profissional, razão pela qual não pode sofrer restrição de qualquer natureza.

II - A Convenção Internacional do Trabalho nº 87 da OIT, ratificada pelo Brasil, através do Decreto nº 4.228 de 03.11.72, ainda não foi promulgada pelo Congresso Nacional em razão de sua incompatibilidade com o princípio da unicidade sindical consagrado na Constituição da República Federal vigente.

III - As manifestações e atos de persuasão utilizados pelos grevistas não poderão causar ameaça ou dano à propriedade ou pessoa, mas é lícito impedir o acesso ao trabalho, como forma de solidariedade para assegurar a eficácia do movimento.

IV - Constitui abuso do exercício do direito de greve a paralisação que, na vigência de acordo, convenção ou sentença normativa, tenha por objetivo exigir o cumprimento de cláusula ou condição da mesma, sem antes promover a ação de cumprimento.

V - A estabilidade prevista na Constituição da República Federal em favor do empregado eleito representante, nas empresas de mais de duzentos empregados, tem a finalidade de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores, sem qualquer represália.

Assinale:

- a) Se apenas as alternativas I e II estiverem incorretas.
- b) Se apenas as alternativas III e IV estiverem incorretas.
- c) Se apenas as alternativas I e V estiverem incorretas.
- d) Se apenas as alternativas I, II e III estiverem incorretas.
- e) Se todas as alternativas estiverem incorretas.

38) Sobre o poder de polícia da Administração Pública, versando a questão sobre Direito Administrativo, analise as proposições abaixo, para depois assinalar a opção correta.

I – Embora os estudiosos costumem dividir o poder de polícia em dois segmentos, a Polícia Administrativa e a Polícia Judiciária, enquadram a ambos no âmbito da função administrativa, por representarem atividades de gestão de interesses públicos.

II – A Polícia Administrativa constitui atividade da Administração que se inicia e se completa no âmbito da função administrativa, se exaurindo em si mesma.

III – A Polícia Judiciária prepara a atuação da função jurisdicional penal, sendo regulada pelo Código de Processo Penal, executada por órgão de segurança (polícia civil ou militar), não se concebendo como atividade administrativa.

IV – Pode-se afirmar que a Polícia Administrativa, executada por órgãos administrativos de caráter mais fiscalizador, incide basicamente sobre as atividades dos indivíduos, enquanto a polícia judiciária preordena-se ao indivíduo em si, ou seja, aquele a quem se atribui o cometimento de ilícito penal.

V – São requisitos gerais de validade dos atos oriundos da atividade de Polícia Administrativa a competência, a finalidade, o motivo e o objeto, mas não a forma, já que não se pode exigir da Polícia que atue segundo forma pré-estabelecida, o que acabaria por frustrar seus objetivos ligados à prevenção e repressão à prática de delitos.

Assinale:

- a) Se apenas as alternativas II, III e IV estiverem corretas.
- b) Se apenas as alternativas I, II e V estiverem corretas.
- c) Se apenas as alternativas I, II e III estiverem corretas.
- d) Se apenas as alternativas III, IV e V estiverem corretas.
- e) Se apenas as alternativas I, II e IV estiverem corretas.

39) Sob as luzes do Direito Coletivo do Trabalho, considerando a legislação constitucional e infra-constitucional, analise as proposições abaixo:

I - a negociação coletiva foi incentivada pela Constituição da República Federal de 1988 como meio de solução dos conflitos coletivos de trabalho, mas com a Emenda Constitucional nº 45 deixou de ser fonte normativa para a busca de novas condições de trabalho.

II – Em face da Teoria do Conglobamento, é válida a redução do intervalo mínimo para alimentação e repouso na jornada de trabalho, mediante acordo ou convenção coletiva, desde que, como compensação, seja implantado refeitório adequado nas empresas e fornecida alimentação gratuita.

III - A irrenunciabilidade teórica dos direitos trabalhistas, não impede a utilização da arbitragem privada para solução dos conflitos, principalmente no direito coletivo, quando as partes não lograram êxito na mediação.

IV – Em face do poder normativo atribuído à Justiça do Trabalho, é possível o deferimento, em sentença normativa, de cláusula que objetiva a ampliação do prazo prescricional para pretensão relacionada com danos materiais e morais decorrentes de acidente do trabalho.

V – É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços das entidades sindicais dos trabalhadores.

Assinale:

- a) Se apenas as alternativas I, IV e V estiverem incorretas.
- b) Se apenas as alternativas I, II e IV estiverem incorretas.
- c) Se apenas as alternativas I, II e III estiverem incorretas.
- d) Se apenas as alternativas I, III e V estiverem incorretas.
- e) Se apenas a alternativa V estiver incorreta.

40) Analise as proposições abaixo, todas relativas a grupo econômico sob a ótica do Direito Individual do Trabalho, e assinale a alternativa correta.

I – Na forma emoldurada no art. 2º, § 2º da CLT, é possível existir grupo econômico constituído por profissionais liberais que se associam, para exercer a respectiva especialidade, mediante sociedade simples.

II – A empresa pública pode integrar grupo econômico quando é empresa controladora.

III – A sociedade de economia mista pode integrar grupo econômico, quer seja empresa controladora, quer seja empresa controlada.

IV – Ainda que não tenha participado da relação processual no processo de conhecimento, o responsável solidário, integrante de grupo econômico, pode ser sujeito passivo na execução trabalhista.

V – A prestação de serviços a mais de uma empresa do mesmo grupo econômico, durante a mesma jornada não caracteriza a coexistência de mais de um contrato de trabalho, salvo ajuste celebrado em sentido contrário, sendo obrigatória a assistência do Sindicato profissional, sob pena de nulidade.

Assinale:

- a) Se apenas as proposições I e V são falsas.
- b) Se apenas a proposição III é falsa.
- c) Se apenas a proposição V é falsa.
- d) Se todas as proposições são falsas.
- e) Se todas as proposições são verdadeiras.

41) Analise as proposições abaixo, relativas ao trabalho do menor (temática afeta ao Direito Individual do Trabalho), para depois assinalar a alternativa correta:

I – A Lei nº. 6354/1976 proíbe a contratação de menor de 16 anos como atleta profissional de futebol e, para a contratação do maior de 16 anos e menor de 18 anos, exige o prévio e expresso assentimento do representante legal.

II – É vedado ao menor de 18 anos exercer a profissão de propagandista e vendedor de produtos farmacêuticos.

III – Ao menor de 18 anos é proibido o trabalho noturno, assim considerado aquele realizado de 22:00 horas às 5:00 horas do dia seguinte, no meio urbano, e no meio rural de 21:00 horas às 5:00 horas do dia seguinte, na atividade da pecuária, e de 20:00 horas às 4:00 horas do dia seguinte, nas atividades agrícolas.

IV – É vedado ao menor de 18 anos o trabalho penoso, por força do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como o trabalho em local perigoso, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho.

V – É proibido o trabalho do menor de 18 anos em local insalubre, salvo se comprovadamente forem neutralizados os agentes nocivos à saúde.

Assinale:

- a) Se apenas a alternativa II está correta.
- b) Se as alternativas I, II e IV estão corretas.
- c) Se as alternativas II e V estão corretas.
- d) Se apenas a alternativa IV está correta.
- e) Se todas as alternativas estão corretas.

42) No âmbito do Direito Administrativo, analise as proposições abaixo. Em seguida, assinale a alternativa correta:

I – A revogação do ato administrativo somente pode ser processada pela Administração Pública.

II – A revogação pressupõe sempre a existência de ato válido e eficaz.

III – É vedado à Administração Pública revigorar o ato administrativo revogado.

IV – Quando o ato administrativo é inquinado do vício da ilegalidade, ele pode ser invalidado pelo Poder Judiciário ou mesmo pela Administração Pública.

V – A lei 4717/1965 – ao disciplinar o vício do ato administrativo quanto ao motivo – prevê expressamente as hipóteses de inexistência de fundamento para o ato, fundamento falso e fundamento desconexo com o objetivo pretendido pela Administração Pública.

Assinale:

- a) Se apenas uma afirmativa for verdadeira.
- b) Se apenas duas afirmativas forem verdadeiras.
- c) Se apenas três afirmativas forem verdadeiras.
- d) Se apenas quatro afirmativas forem verdadeiras.
- e) Se todas as afirmativas forem verdadeiras.

43) Sob a ótica do Direito Individual do Trabalho, analise as afirmativas abaixo, relativas a sucessão de empregadores, e assinale a alternativa correta:

I – Segundo jurisprudência dominante do TST, em caso de criação de novo município, por desmembramento, cada uma das novas entidades responsabiliza-se pelos direitos trabalhistas do empregado, no período em que figurarem como real empregador.

II – O empregado doméstico vincula-se à pessoa do empregador e não à sua residência, sendo que por isso não há sucessão trabalhista no âmbito familiar.

III – Conforme jurisprudência iterativa de nossos tribunais, configura sucessão trabalhista a aquisição do acervo patrimonial, do corpo funcional e de toda a estrutura da sociedade de economia mista, em face do processo de privatização.

IV – O Tribunal Superior do Trabalho firmou o entendimento de que é válida a penhora em bens de pessoa jurídica de direito privado, realizada anteriormente à sucessão pela União ou por Estado-membro, não podendo a execução prosseguir mediante precatório.

V – Relativamente à concessão de serviço público, poderá ocorrer sucessão quando o novo concessionário adquirir não só as atribuições, mas também bens materiais da antiga concessionária.

Assinale:

- a) Se apenas uma afirmativa for verdadeira.
- b) Se apenas duas afirmativas forem verdadeiras.
- c) Se apenas três afirmativas forem verdadeiras.
- d) Se apenas quatro afirmativas forem verdadeiras.
- e) Se todas as afirmativas forem verdadeiras.

44) Em face do Direito Comercial, considere as seguintes assertivas referentes a títulos de crédito:

I - Aquele que, sem ter poderes, ou excedendo os que tem, lança a sua assinatura em título de crédito, como mandatário ou representante de outrem, fica pessoalmente obrigado, mas, pagando o título, não tem ele os mesmos direitos que teria o suposto mandante ou representado.

II - O aval, ainda que concedido posteriormente ao vencimento do título, produz os mesmos efeitos do anteriormente dado.

III - A omissão de qualquer requisito legal, que tire ao escrito a sua validade como título de crédito, não implica a invalidade do negócio jurídico que lhe deu origem.

IV – A duplicata é título cambiariforme genuinamente brasileiro, fruto da criatividade tupiniquim, podendo ser considerado "sui generis".

V) O pagamento de título de crédito, que contenha obrigação de pagar soma determinada, pode ser garantido por aval parcial.

Assinale:

- a) Se apenas as alternativas I e IV estiverem corretas.
- b) Se apenas as alternativas II e V estiverem corretas.
- c) Se apenas as alternativas II, III e IV estiverem corretas.
- d) Se apenas as alternativas I e III estiverem corretas.
- e) Se todas as alternativas estiverem corretas.

45) Analise as proposições abaixo, relativas à estabilidade no emprego e/ou garantia de emprego (temática afeta ao Direito Individual do Trabalho), para depois assinalar a opção correta:

I – O direito brasileiro assegura, durante a vigência do contrato de trabalho por prazo determinado regulado pela Lei 9.601/1998, a estabilidade provisória da gestante, do dirigente sindical, ainda que suplente, do empregado eleito para cargo de direção de comissões internas de prevenção de acidente e do empregado acidentado, nos termos do art. 118 da Lei nº. 8.213/1991.

II – A jurisprudência uniforme do TST não reconhece a estabilidade provisória ocorrida no curso do aviso prévio, trabalhado ou indenizado, ao argumento de que, com a concessão do aviso prévio, já se opera a denúncia do contrato de trabalho.

III - São beneficiários da estabilidade provisória os dirigentes de entidades que congregam profissionais liberais, atuando na fiscalização da atividade de seus integrantes. Em tal caso, por razões de relevante similitude, aplica-se o art. 543, § 3º. da CLT (estabilidade do dirigente sindical), conforme jurisprudência iterativa do TST.

IV – Os representantes dos trabalhadores no Conselho Nacional de Previdência Social gozam de estabilidade no emprego, desde a nomeação até 01 ano após o término do mandato.

V – Gozam de estabilidade, os empregados eleitos diretores das sociedades cooperadas por eles criadas, na forma prevista no art. 543 da CLT.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a alternativa II está correta.
- b) Apenas a alternativa III está incorreta.
- c) Apenas as alternativas III e IV estão incorretas.
- d) Apenas as alternativas IV e V estão incorretas
- e) Todas as alternativas estão incorretas.

46) Dentre as proposições abaixo, afetas à temática do Direito Individual do Trabalho, apenas uma delas contém afirmação correta, considerada a legislação vigente, aplicável ao contrato individual de trabalho. Marque-a.

- a) A Lei 9456/1997 – que disciplina os cultivares – assegura o direito de propriedade à pessoa física ou jurídica que obtiver a nova cultivar ou cultivar derivada, inclusive no decorrer de uma relação de trabalho, da qual a relação de emprego é uma espécie. Os direitos de comercialização pertencerão ao empregador, ao empregado ou a ambos (titularidade compartilhada), conforme disposição contratual e desde que concorra o empregador para o resultado útil da obra inventiva, cuja proteção incide sobre o material reprodutivo da planta ou da estrutura vegetal utilizada para fins comerciais.
- b) Relativamente ao direito de invenção do empregado, é aplicável a Lei de Propriedade Industrial. Essa lei dispõe que, se a invenção for fruto de contribuição pessoal do empregado e de recursos, dados, meios, materiais, instalações ou equipamentos do empregador, a propriedade será comum, em partes iguais, sendo nula, convenção que reduza o direito do trabalhador.
- c) O direito de arena – considerado pela doutrina direito conexo ao contrato de trabalho – encontra-se atualmente disciplinado na Lei de Direitos Autorais (Lei 9610/1998) e na legislação desportiva.
- d) A Lei 9615/1998 – disciplina o direito de arena do atleta – assegurando o percentual de 15% do preço total da autorização aos atletas, como mínimo e garante às entidades de prática desportiva o direito de negociar, autorizar ou proibir a fixação, transmissão ou retransmissão da imagem de espetáculos ou eventos de que participem.
- e) Os direitos relativos aos programas de computador desenvolvidos e elaborados na vigência de pacto laboral ou de vínculo estatutário expressamente destinado à pesquisa e desenvolvimento ou em atividade do empregado, contratado ou servidor, ou ainda que decorram da própria natureza dos encargos concernentes a esses vínculos, salvo estipulação em contrário, pertencerão exclusivamente ao empregador, que contratou os serviços ou ao órgão público a que está vinculado o servidor. Caso o tomador, no prazo de 12 meses, exerça o direito de explorar economicamente o bem imaterial, os direitos são transferidos ao trabalhador que desenvolveu o programa de computador.

47) Tomando-se o programa de Direito Constitucional, em relação aos direitos e garantias fundamentais de natureza processual, consagrados pela Constituição da República, pode-se dizer que:

I – A garantia conferida pela Constituição Federal aos litigantes e aos acusados em geral no que tange ao contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes, é restrita ao processo judicial.

II – A Constituição da República garante a todos a duração razoável do processo, no âmbito administrativo e judicial, com todos os meios que garantam a celeridade da sua tramitação.

III – A lei poderá restringir a publicidade dos atos processuais para a defesa da intimidade ou em hipótese de exigência do interesse social, dentre outras a critério do legislador.

IV – Por expressa disposição constitucional, são inadmissíveis no processo as provas obtidas por meio ilícito, salvo quando demonstrado que a parte não poderia obter a prova por meio diverso.

V – A Constituição da República garante a concessão de *habeas data* para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante ou de interesse coletivo ou geral, desde que constem de registros ou bancos de dados de entidades governamentais de caráter público.

Agora assinale:

- a) Se apenas as alternativas I e III estiverem corretas.
- b) Se apenas as alternativas II, III e V estiverem corretas.
- c) Se apenas a alternativa V estiver correta.
- d) Se apenas a alternativa II estiver correta.
- e) Se apenas as alternativas II e V estiverem corretas.

48) Após atenciosa leitura das seguintes proposições, formuladas sob a ótica do Direito Processual Civil, assinale a opção correta.

I – É irrecurável a decisão judicial que releva a pena de deserção e concede à parte prazo para efetuar o preparo de recurso, após demonstrar o apelante o justo impedimento, cabendo ao Tribunal apreciar a legitimidade da decisão.

II – A parte que provar que deixou de propor questões de fato no juízo inferior, por motivo de força maior, poderá suscitá-las pela primeira vez na apelação.

III – Das decisões interlocutórias caberá agravo de instrumento que será dirigido diretamente ao Tribunal competente através de petição instruída, obrigatoriamente com cópias da decisão agravada, certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado. O agravo será retido, caso assim o requeira a parte interessada, independentemente de preparo neste caso.

IV – Dentro da previsão contida no art. 496 do Código de Processo Civil, apesar das discussões doutrinárias acerca da natureza recursal ou não dos embargos de declaração, foram eles ali inseridos como recurso.

V – Há previsão no Código de Processo Civil acerca de agravo retido nos autos, assim entendido o recurso interposto contra decisões interlocutórias, que só será apreciado pelo Tribunal quando do julgamento da apelação, caso a parte o requeira expressamente em suas razões ou contra-razões recursais. Referido diploma legal não traz qualquer previsão acerca de recurso especial e recurso extraordinário retidos, o que é incompatível com as possibilidades restritas de manejo dos referidos meios recursais, direcionados ao Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, respectivamente.

Assinale:

- a) Se apenas as alternativas I, IV e V estiverem corretas.
- b) Se apenas as alternativas I, II e IV estiverem corretas.
- c) Se apenas as alternativas II, III e V estiverem corretas.
- d) Se apenas as alternativas III, IV e V estiverem corretas.
- e) Se apenas as alternativas I, II e V estiverem corretas.

49) Analise as proposições abaixo, relativas às prerrogativas das autarquias (temática afeta ao Direito Administrativo). Em seguida, assinale a alternativa correta:

I – É vedada a instituição de impostos sobre o patrimônio, a renda e os serviços das autarquias, desde que vinculados a suas atividades essenciais.

II – Dívidas e direitos em favor de terceiros prescrevem em três anos.

III – Os créditos das autarquias são inscritos como dívida ativa e podem ser cobrados pelo processo especial das execuções fiscais, tal como o crédito da União, dos Estados e dos Municípios.

IV – Apenas quando a condenação ou o direito controvertido for de valor certo não excedente a 60 salários mínimos, as sentenças contrárias às autarquias não estarão sujeitas à remessa necessária.

V – Os bens das autarquias são imprescritíveis; os bens e as rendas das autarquias são impenhoráveis.

Assinale:

- a) Se apenas uma proposição for verdadeira.
- b) Se apenas duas proposições forem verdadeiras.
- c) Se apenas três proposições forem verdadeiras.
- d) Se apenas quatro proposições forem verdadeiras.
- e) Se todas as proposições forem verdadeiras.

50) Em relação ao Direito de Empresa, sendo a questão formulada sob a ótica do Direito Civil, analise as proposições abaixo, para depois assinalar a opção correta:

I – Considera-se sociedade simples toda aquela que não tenha por objeto o exercício de atividade própria de empresário sujeito a registro, sendo que, independentemente do seu objeto, a sociedade cooperativa é sempre simples, enquanto a sociedade por ações é sempre empresária.

II – Na sociedade simples, a cessão total ou parcial de quota só terá validade quanto aos demais sócios e à sociedade, quando houver a correspondente modificação do contrato social, contando com o consentimento dos demais sócios.

III – Na sociedade simples é possível haver estipulação contratual que exclua alguns dos sócios de participar dos lucros e perdas.

IV – O sócio, na sociedade simples, cuja contribuição consistir em serviços, não pode, regra geral, empregar-se em atividade estranha à sociedade, sob pena de ser privado dos lucros, além de ser dela excluído.

V – Qualquer sócio pode retirar-se da sociedade simples, de prazo determinado ou indeterminado, desde que notifique os demais sócios com antecedência mínima de 60 dias. Nos 30 dias subseqüentes à notificação, podem os demais sócios optar pela dissolução da sociedade.

Assinale:

- a) Se apenas os itens I, II e V estão corretos.
- b) Se apenas os itens III, IV e V estão corretos.
- c) Se apenas os itens II, III e IV estão corretos.
- d) Se apenas os itens I, II e IV estão corretos.
- e) Se apenas os itens I, II e III estão corretos.